

Pedro Teixeira diz que a CPI mudou o Brasil

O senador Pedro Teixeira (PP-DF), que teve intensa participação na CPI do Orçamento, considera que o País amanheceu diferente, depois do relatório final do deputado Roberto Magalhães, e do discurso feito pelo senador Jarbas Passarinho, "convidando o País a entrar numa nova fase, onde os recursos públicos sejam utilizados de forma mais ética".

Para Pedro Teixeira, foi proposta a punição daqueles contra os quais se reuniram provas suficientes, "devendo as investigações prosseguirem em alguns casos". Brasília, em sua opinião, saiu fortalecida, porque nada se apurou contra o governador Joaquim Roriz que diga respeito ao objeto das investigações; nem contra o metrô, obra que foi "virada do avesso" pela oposição local.

Quanto às questões patrimoniais e bancárias, que levaram o relator-geral, Roberto Magalhães, ao envio do relatório final ao Ministério Público, Pedro Teixeira considera que todas serão convenientemente esclarecidas no foro adequado. "O julgamento político, especialmente quando envolve adversários sedentos, é sempre apressado e muitas vezes injusto. E a ética não estava presente nos pré-julgamentos, nos vazamentos criminosos de informações parciais, na divulgação precipitada de denúncias que se escondem no anonimato", afirmou.

Pedro Teixeira lamenta que o coordenador da Subcomissão de Patrimônio, senador José Paulo Bisol, tenha omitido no seu relato ao relator-geral esclarecimentos que o governador Roriz deu sobre as questões que, ao final, constaram do relatório final. "O relatório nem chegou a ser analisado pelos demais membros da Subcomissão de Patrimônio, que por isso mesmo o consideraram parcial e com vício de origem".

Mas o que Pedro Teixeira considera fundamental é que Roriz foi totalmente inocentado quanto ao mérito da CPI do Orçamento inclusive com relação a projetos que haviam sido colocados sob suspeição pela oposição local e que acabaram sendo adequadamente esclarecidos, "tanto que não constaram do relatório final".

Abaixo-assinado — Pedro Teixeira disse, ainda, que foi encaminhado ao deputado Roberto Magalhães um abaixo-assinado por seis membros integrantes da Subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fiscais. No documento, eles requerem que não seja o relatório final da subcomissão considerado, para efeitos legais, sem a assinatura e rubricas da maioria dos membros da Subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fiscais.